

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

**PROJETO DE LEI Nº 6.744, DE 2002**

Estabelece normas para a divulgação de dados sobre o consumo de combustível de veículos automotores comercializados em território nacional.

**Autor:** Deputado Bispo Wanderval

**Relator:** Deputado Aníbal Gomes

**I - RELATÓRIO**

O projeto de lei epigrafo pretende estabelecer que as montadoras de veículos automotores estabelecidas no País, e as empresas que os importam para o Brasil, só divulgarão dados sobre o consumo de combustível ao público se os resultados forem comprovados e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Estabelece multa no valor de R\$ 10,000,00 (dez mil reais) por cada infração verificada, e, no caso de reincidência continuada, prevê a possibilidade de fechamento das instalações.

O Autor argumenta na justificação deste projeto que "o consumo dos veículos automotores passou a ser, cada vez mais, um elemento decisivo nas decisões de consumo na sociedade moderna", razão pela qual os fabricantes incluem este e outros dados sobre o desempenho dos veículos em seus informes publicitários. Alega que, regra geral, a informação sobre o consumo não se confirma na prática, e que o comprador do veículo não está amparado pelo Código de Defesa do Consumidor, já que os fabricantes podem alegar que as discrepâncias entre o que é por eles divulgado e as verificações dos consumidores devem-se à forma incorreta de conduzir e a condições inadequadas das vias de tráfego, entre outros fatores. Defende que, a partir do momento em que o Inmetro passe a testar e certificar os dados de consumo dos veículos automotores, o consumidor estará protegido contra falsas informações, podendo tomar suas decisões de consumo com mais tranquilidade.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei durante o prazo regimental aberto para esta finalidade.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Tem toda razão o autor em propor o presente projeto de lei, com o que pretende aprimorar aspecto particular de relação de consumo de alta relevância para quem adquire um veículo automotor. Com efeito, raramente o consumo médio de combustível que é divulgado pelo fabricante do veículo é alcançado pelos condutores. O dado fornecido pelo fabricante, pela credibilidade que o nome deste representa para um consumidor que elegeu um modelo dele para comprar, torna-se uma expectativa. Entretanto, ao medir o gasto de combustível experimenta a sensação de frustração daquela expectativa, pois raras são as vezes em que seu consumo se aproxima daquele que consta no manual.

Segundo notícias e testes realizados por publicações especializadas, o que se verifica, quase sempre, é o consumo dos veículos usados em condições normais, ou seja, no trânsito cotidiano das cidades ou das rodovias, ser significativamente superior àquele que o fabricante alega nas peças publicitárias e nos manuais de instruções que fornecem na ocasião da venda de um carro novo. O consumo real médio aferido por conceituado jornal paulistano para um FIAT Dobló com motor de 1,6 litro de capacidade volumétrica foi cerca de 28% (vinte e oito por cento) superior ao divulgado pela montadora. Para uma caminhonete Chevrolet S-10 com motor a óleo diesel de 2,8 litros de capacidade, equipado com turbina, o consumo verificado pelo mesmo diário foi aproximadamente 11% (onze por cento) maior que o alegado pela fábrica. Já uma revista mensal sobre automóveis, que realiza testes com modelos novos, aponta para o Ford Fiesta com motor de um litro e com compressor, e para o Fiesta sedan com motor de 1,6 litro, consumos 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) e 12% (doze por cento), respectivamente, mais elevados que os divulgados pela fábrica.

As verificações acima dão suporte ao que se pretende com a proposição em comento. Entretanto, julgamos necessário aperfeiçoar o projeto de lei quanto aos seguintes pontos.

Primeiro, em relação à expressão "estabelece normas para a divulgação", a qual consta na ementa e no art. 1º. Na realidade não se está a estabelecer normas para a publicidade, mas a estabelecer a condição de que o dado ou informação seja comprovado ou certificado pelo Inmetro para que possa ser divulgado, o que significa que o ensaio deve ser certificado.

Segundo, em relação à sanção pretendida no "caput" do art. 4º, assim como a prevista para a reincidência continuada, no parágrafo único, entendemos ser mais adequado remeter ao que dispõe os arts. 8º e 9º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, abaixo transcritos:

**Art. 8º** - Caberá ao Inmetro e às pessoas jurídicas de direito público que detiverem delegação de poder de polícia processar e julgar as infrações, bem assim aplicar aos infratores, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

- I - advertência;*
- II - multa;*
- III - interdição;*
- IV - apreensão;*
- V - inutilização.*

*Parágrafo único.* Na aplicação das penalidades e no exercício de todas as suas atribuições, o Inmetro gozará dos privilégios e das vantagens da Fazenda Pública.

**Art. 9º** - A pena de multa, imposta mediante procedimento administrativo, obedecerá os seguintes valores:

*I - nas infrações leves, de RS 100,00 (cem reais) até RS 50.000,00 (cinquenta mil reais);*

*II - nas infrações graves, de RS 200,00 (duzentos reais) até RS 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais);*

*III - nas infrações gravíssimas, de RS 400,00 (quatrocentos reais) até RS 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).*

**§ 1º** - Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade competente levará em consideração, além da gravidade da infração:

- I - a vantagem auferida pelo infrator;*
- II - a condição econômica do infrator e seus antecedentes;*
- III - o prejuízo causado ao consumidor.*

*§ 2º - As multas previstas neste artigo poderão ser aplicadas em dobro, em caso de reincidência.*

*§ 3º - O regulamento desta Lei fixará os critérios e procedimento para aplicação das penalidades de que trata o art. 8º e de graduação da multa prevista neste artigo.*

*§ 4º - Os recursos eventualmente interpostos contra a aplicação das penalidades previstas neste artigo e no art. 8º deverão ser devidamente fundamentados e serão apreciados, em última instância, por comissão permanente instituída pelo Conmetro para essa finalidade.*

*§ 5º - Caberá ao Conmetro definir as instâncias e os procedimentos para os recursos, bem assim a composição e o modo de funcionamento da comissão permanente.*

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.744, de 2002, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão,                      de                      de 2002.

Deputado Aníbal Gomes  
Relator

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.744, DE 2002**

Cria a obrigatoriedade de certificação de ensaio de consumo de combustível de veículos automotores de vias terrestres, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei cria a obrigatoriedade de certificação de ensaio de consumo de combustível de veículo automotor de via terrestre, e estabelece condição para divulgação do resultado obtido.

Art. 2º A empresa montadora de veículo automotor de via terrestre estabelecida no território nacional fica obrigada a requerer perante o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro a certificação de ensaio de consumo de combustível realizado para todos os modelos que comercializa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica à empresa importadora, que realizará o ensaio com combustível nacional.

Art. 3º O resultado obtido no ensaio só poderá ser divulgado em qualquer forma de publicidade ou informação técnica após a obtenção da certificação de que trata o art. 2º.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta lei sujeita o infrator às sanções estabelecidas nos arts. 8º e 9º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,                      de                      de 2002.

Deputado Aníbal Gomes

Relator

20697400.089